

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO



Wilson Noé Garcés Aguilar

(Organizador)

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO



Wilson Noé Garcés Aguilar

(Organizador)

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Helber Pagani de Souza
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof^ª Dr^ª Antonella Carvalho de Oliveira

Organizador:

Wilson Noé Garcés Aguilar

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^ª Dr.^ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Prof.^ª Dr.^ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College - USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín - Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^ª Dr.^ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca - Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A283 Administração de empresas para um mundo em transformação /
Organizador Wilson Noé Garcés Aguilar. – Curitiba, PR: Artemis,
2020.
121 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-12-5

DOI 10.37572/EdArt_125300720

1. Administração de empresas. 2. Planejamento estratégico.
I. Aguilar, Wilson Noé Garcés.

CDD 658.4012

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

Asistimos a un mundo que se transforma constantemente en la biosfera y en la vida social, en consecuencia, la generación de nuevo conocimiento debe corresponder al entendimiento, interpretación y comprensión de los cambios sustanciales en el campo de conocimiento de la administración de empresas para la ampliación de los marcos de referencia con los cuales logramos explicar y aportar en la relación empresas, sociedad, instituciones y Estado.

El libro “**Administración de empresas para un mundo en transformación**” es un esfuerzo de diversos investigadores, en el cual se aborda las lógicas de acción empresariales, institucionales y de grupos sociales desde estudios de casos particulares y sectoriales.

En tal sentido, el lector encontrara un abordaje contemporáneo en el estudio de la administración de empresas, marcado por la interdisciplinariedad, la divergencia de objetos de estudios, actores y organizaciones, lo cual evidencia que ante un mundo en transformación requerimos de una administración de empresas en constante construcción y deconstrucción.

Wilson Noé Garcés Aguilar

Assistimos a um mundo em constante transformação na biosfera e na vida social. Consequentemente, a geração de novos conhecimentos deve possibilitar a interpretação e compreensão de mudanças substanciais no campo de estudos em administração de empresas, para que se possa expandir os quadros de referência com os quais podemos explicar e contribuir para o relacionamento entre empresas, sociedade, instituições e Estado.

O livro “**Administração de empresas para um mundo em transformação**” é um esforço de diversos pesquisadores que abordam a lógica das ações de grupos empresariais, institucionais e sociais a partir de estudos de caso particulares e setoriais.

Nesse sentido, o leitor encontrará uma abordagem contemporânea no estudo de administração de empresas, marcada pela interdisciplinaridade, a divergência de objetos de estudo, atores e organizações, o que demonstra que, diante de um mundo em mudança, requer-se que a administração de empresas esteja em constante construção e desconstrução.

Wilson Noé Garcés Aguilar

SUMÁRIO

LÓGICAS DE AÇÕES EMPRESARIAIS

CAPÍTULO 1 1

FATORES CONDICIONANTES AO SUCESSO DE STARTUPS

Fabiano Alves Pereira
Ana Claudia Granato
Geoffroy Roger Pointer Malpass

DOI 10.37572/EdArt_1253007201

CAPÍTULO 2 13

EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIA GERENCIAL: OS RESPONSÁVEIS PELO FORTALECIMENTO DA MARCA DA FÁBRICA DE BALAS DE BANANA ANTONINA

Hugo Leonardo de Freitas
Suelen dos Santos Plante
Geórgia da Cunha Ben

DOI 10.37572/EdArt_1253007202

CAPÍTULO 3 27

ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS E SELEÇÃO DE FORNECEDORES: UM ESTUDO DE CASO

Natália Delfes Zago
Ana Claudia Granato
Flávio Molina da Silva
Geoffroy Roger Pointer Malpass

DOI 10.37572/EdArt_1253007203

CAPÍTULO 4 40

ADAPTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE VALOR E DIFERENCIAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA O POSICIONAMENTO DOS CAFÉS DO BRASIL

Marco Aurélio Oliveira Santos
Diego Pereira Costa
Léo César Parente de Almeida

DOI 10.37572/EdArt_1253007204

LÓGICAS DE AÇÕES DE INSTITUIÇÕES E DE GRUPOS SOCIAIS

CAPÍTULO 5 52

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) SOB A ÓTICA DA TEORIA DO PROGRAMA

Ivy Silva Costa
Suely de Fátima Ramos Silveira

DOI 10.37572/EdArt_1253007205

CAPÍTULO 6 67

DESCENTRAR-NOS E IMPENSAR-NOS LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES ENCLAVE DE UNA LATINOAMERICA DIVERSA

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo Coral

DOI 10.37572/EdArt_1253007206

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 7 | 78 |
| ESTUDO DO COMPORTAMENTO HUMANO FRENTE ÀS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS, NA ZETHA, DURANTE O PERÍODO DE 2015/1 | |
| Nicolle Oliveira Tavares | |
| Lucia Regina Silveira Auzani | |
| Ávilo Roberto de Magalhães | |
| Rosa de Almeida Freitas Albuquerque | |
| DOI 10.37572/EdArt_1253007207 | |
| CAPÍTULO 8 | 94 |
| A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PATRONATO DE PARANAGUÁ NA REINserÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO | |
| Luciane Silva Franco | |
| Geórgia da Cunha Ben | |
| Josiane Medeiros | |
| Antonio Carlos Franco | |
| DOI 10.37572/EdArt_1253007208 | |
| CAPÍTULO 9 | 104 |
| OS IMPACTOS DA ESTRUTURA URBANA NA MOBILIDADE DE CAMINHÕES NA CIDADE DE PARANAGUÁ SOB A PERSPECTIVA DOS CAMINHONEIROS | |
| Angela Schastai | |
| Gabriel Calazans | |
| Laís Caroline Nogueira | |
| Geórgia da Cunha Ben | |
| DOI 10.37572/EdArt_1253007209 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 119 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 120 |

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PATRONATO DE PARANAGUÁ NA REINserÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO

Data de submissão: 19/06/2020

Data de aceite: 15/07/2020

Luciane Silva Franco

Universidade Estadual do Paraná

Lu05-franco@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2946077125585948>

Geórgia da Cunha Ben

Universidade Estadual do Paraná

georgia.cunha@unespar.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/0443938477490776>

Josiane Medeiros

Universidade Federal do Paraná

medeirosjo@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/5307100354632706>

Antonio Carlos Franco

Universidade Positivo

francoancf@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2462922737519580>

RESUMO: O presente estudo é baseado em uma pesquisa bibliográfica que investiga o programa de reinserção social Patronato de Paranaguá e sua atuação na prestação de suporte aos egressos do sistema penal, situando-os no contexto da realidade social. O Programa Patronato tem como objetivo principal prestar serviços de acompanhamento técnico

ao indivíduo que cumpre pena em regime aberto de forma individual, contando com uma equipe multidisciplinar nas áreas de Administração, Direito, Serviço Social, Psicologia e Pedagogia. Apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: como auxiliar nas práticas de empregabilidade a estes egressos no mercado de trabalho? Foram utilizados dados secundários através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e websites. Considera-se que o Patronato tem um importante papel de reinserção social de egressos, porém as práticas de políticas públicas são isoladas dificultando uma ação real e efetiva nas práticas da recolocação destes egressos junto ao mercado de trabalho e conseqüentemente junto à sociedade. Para auxiliar nas práticas de empregabilidade acredita-se que a ação do Patronato como o psicossocial seja um instrumento para auxiliar empresas no que refere-se ao recrutamento e seleção, pois permite as organizações receberem informações psicológicas e sociais do egresso, facilitando a confiança nos mesmos. Finalizando, toda a prática de política pública deve estar ligada em redes, para deste modo, facilitar os encaminhamentos, monitoramentos e ações no sentido de acompanhar o universo dos apenados e seus impactos junto a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Patronato. Ressocialização. Egressos.

THE IMPORTANCE OF THE PATRONAGE PROGRAM OF PARANAGUÁ IN THE REINSERTION OF EX-PRISONER OF THE PENITENTIARY SYSTEM IN THE LABOR MARKET

ABSTRACT: The present study is based on a bibliographical research that investigates the social reintegration program Patronato de Paranaguá and its performance in providing support to prisoners of the penal system, situating them in the context of social reality. The main objective of the Patronato Program is to provide technical support services to individuals who are serving an open regime on an individual basis, counting on a multidisciplinary team in the areas of Administration, Law, Social Work, Psychology and Pedagogy. The following research problem is presented: How to assist in the employability practices of these prisoners in the labor market? Secondary data were used by means of bibliographic research in books, scientific articles and websites. It is considered that the Patronato has an important role of social reintegration of prisoners, but the public policy practices are isolated making it difficult to real and effective action in the practices of the relocation of these graduates to the labor market and consequently to the society. Employability practices believe that the action of the Patronato as the psychosocial is a tool to assist companies in what refers to recruitment and selection, as it allows organizations to receive psychological and social information from the prisoner, facilitating trust in them. Finally, all public policy practice should be linked in networks, in order to facilitate referrals, monitoring and actions to accompany prisoners and their impact on society.

KEYWORDS: Patronato. Prisoners. Reinsertion

1 . INTRODUÇÃO

O Programa Patronato tem como objetivo principal prestar serviços de acompanhamento técnico ao indivíduo que cumpre pena em regime aberto de forma individual, contando com uma equipe multidisciplinar nas áreas de Administração, Direito, Serviço Social, Psicologia e Pedagogia. Desenvolvendo ações que resultem em não reincidência criminal e também efetivando seus direitos sociais, civis a este grupo de pessoas que é historicamente segregado e discriminado.

A Lei nº 7.210 de 1984 que rege a Execução Penal, pelo ponto de vista do senso comum, tem a função apenas de punir ou de proteger a sociedade, e na maioria das vezes a reinserção social não é levada em consideração. Muitas empresas não compreendem que o indivíduo, independente de ter cometido um crime ele é um cidadão que vai voltar para a sociedade e precisa de um mercado de trabalho, portanto, o papel da execução penal é a ressocialização.

Cunha (1995) discorre que pena é uma maneira de punição, imposta pelo poder público, diante de uma situação de descumprimento da ordem em sociedade. Pascoal

(2003) complementa que a pena é a ressocialização do detento na sociedade de forma a compensar as perdas sofridas pelo delito cometido.

Uma questão imprescindível a ser avaliada, além de conhecer a realidade vivenciada pelos egressos do Patronato de Paranaguá diante da aceitação para o mercado de trabalho, será a melhor forma de gestão das empresas privadas na contratação de ex-detentos, que podem contribuir na efetividade de programas sociais como o Patronato, com o propósito que a sociedade seja uma aliada do Estado na busca pela redução do grau de reincidência dos egressos.

A seguir descreve-se o objetivo geral e os objetivos específicos propostos que foram utilizados para o desenvolvimento deste artigo. O objetivo geral é descrever o processo de ressocialização de egressos assistidos pelo Patronato de Paranaguá na luta pelo ingresso no mercado de trabalho. Os objetivos específicos propostos são:

- Demonstrar o atual cenário das políticas públicas do sistema prisional no Brasil;
- Descrever a função do Patronato de Paranaguá e a sua relevância na reinserção de ex-presidiários no mercado de trabalho;
- Analisar o atual ponto de vista da empresa privada sobre a contratação do ex-egresso do sistema penal.

No atual cenário, as portas abertas nem sempre significam o recomeço dos sonhos na vida do ex-detento, que acaba submetido a uma liberdade presa ao passado do regime fechado. Apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Como auxiliar nas práticas de empregabilidade do ex-detento no atual mercado de trabalho?

2 . DESENVOLVIMENTO

Conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (2014), a população carcerária no Brasil é aproximadamente 622.202, com a quarta maior população prisional do mundo, atrás de Rússia, China e Estados Unidos. No Estado do Paraná, no mês de julho de 2016, o número de detentos era de aproximadamente 19.290, sem contar certa de 9.600 detidos em delegacias que não são custeados pelo Departamento de Execução Penal.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos no ano 2015, 60% da população prisional no Brasil são jovens, negros, pobres, com baixa escolaridade, e no momento da prisão encontravam-se desarmados e traficando drogas. Existe uma grande dificuldade para esse público retornar ao mercado de trabalho, pois já não tinham oportunidades antes mesmo de ingressarem no sistema penal. A sociedade precisa ser mais solidária no oferecimento de novas oportunidades ao egresso, com comprometimento para apostar na possibilidade do recomeço para estas pessoas.

O Estado precisa rever seus conceitos de “reinserção do egresso” com a visão defasada do encarceramento a todo custo. Para Bitencourt (2001) estes jovens que encontram-se em regime fechado poderiam receber outras formas de orientação, inclusive de penalização. As penas alternativas seriam muito mais úteis para a formação, desenvolvimento e integração no mercado de trabalho, além de oferecer menos custos para a sociedade gerando muito mais vantagens para a segurança pública.

Conforme estudos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), realizado em 2013, diminui em 48% a chance de reincidência quando os detentos trabalham na cadeia. No Brasil o índice de presos que trabalham não passam de 15%, as prisões apresentam um processo de ociosidade em que a população jovem poderia trabalhar como instrumento não só para ajudar financeiramente nas contas no Estado, mas principalmente na sua formação para ajudá-lo depois do tempo de pena na sua reinserção na sociedade.

Conforme art. 41, II, da LEP “constituem direito do preso a atribuição ao trabalho e sua remuneração”. É necessário utilizar o tempo em que o indivíduo está preso e sem qualificação profissional para estudar e trabalhar, sendo assim quando o mesmo obtiver a liberdade já possui uma opção lícita diante de si e não mais o retorno ao crime. Segundo Lima, Ratton e Azevedo (2014) o trabalho, assim como o estudo e a assistência ao preso é um direito e um dever, porém este cenário não acontece no Brasil. É possível encontrar detentos que ficam mais de dez ou vinte anos no sistema prisional e saem sem um único documento, em um nível máximo de abandono e desrespeito a lei de assistência, colocando o Estado em um estágio de extrema irresponsabilidade como consequência da forma de se cumprir pena no Brasil.

O atual sistema prisional não gera soluções de problemas, mas sim acaba por estimular a criminalidade. O detento precisa estar preparado para sair sistema penal assim como a sociedade precisa estar preparada para receber o detento. Para Souza (2006) existe o preconceito, medo e falta de confiança por parte da sociedade diante do sistema penitenciário do Brasil, motivos estes que muitas vezes impedem que o ex-presidiário mude de vida. A sociedade impõe o selo de “preso”, “marginal”, “bandido” mesmo quando o cidadão já está em regime de liberdade e, para o ex-presidiário, isso é uma prisão eterna ao qual a sociedade sempre irá condicioná-lo, passando a determinar esta marca como sua identidade.

Na maioria das vezes esses presos, jovens ou não, encontram-se com baixo nível de escolaridade e com uma desestruturação familiar, e ao saírem do regime fechado não contam com apoio do poder público e menos ainda do mercado de trabalho. Para Baratta (2013) discorre que o preso ao sair do sistema prisional continua contando com o crime como opção de sobrevivência, pois o mesmo não recebe oportunidades para qualificações profissionais e trabalho para que possa ter

uma ocupação lícita. Diminuir o alto grau de reincidência é o principal desafio do sistema prisional hoje, pois segundo o FUNPEN (2013) no Brasil de cada dez presos que ganham a liberdade, sete retornam para o mundo do crime.

Segundo Bitencourt (2001) a lógica do sistema prisional no Brasil é a punição e o castigo, porém isto gera a consequência na saída do presídio para o ingresso na sociedade em condições muito piores, por isso o índice tão alto de reincidência no crime. A ressocialização inicia de dentro do sistema prisional, onde o Estado deve oferecer condições para o preso adentrar novamente na sociedade.

Conforme o art. 1º da Constituição Federal de 1988 “a República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e possui dentre seus fundamentos a soberania, cidadania, dignidade humana e valores sociais do trabalho e livre iniciativa”. Segundo Alencar (2010) a lei estabelece conceitos da igualdade e dignidade da pessoa humana para todo indivíduo, porém sabe-se que o preconceito com o ex-detento ainda prevalece em nossa sociedade, e percebe-se que esses conceitos não são aplicados pela sociedade igualmente em indivíduos que passaram pelo sistema prisional, a discriminação ainda é bastante vista. O preconceito é manifestado por atitudes que discriminam o homem, destruindo seus sonhos, oportunidades de emprego e o respeito em sociedade.

Analisando pelo cenário do sistema capitalista, os presos são destituídos de sua personalidade e acabam excluídos da sociedade, considerados diante do sistema como improdutivos. Isto apenas colabora para que o ex-detento continue seguindo pelo caminho do crime. Conforme Lima, Rattton e Azevedo (2014) o trabalho é o meio facilitador para obtenção dos valores constitucionais, é forma de alcance da dignidade humana. Quando esta condição não ocorre o sustento das famílias torna-se inviável, ou seja, o trabalho é o princípio fundamental para um padrão de vida humano e digno.

Portanto, uma das melhores formas de reinserção do ex-detento na sociedade é oportunizando seu acesso ao mercado de trabalho. Para o indivíduo que precisa reconstituir seu tempo perdido na penitenciária, pautado por um sistema obsoleto, o trabalho gera expectativas de um recomeço com uma vida digna na sociedade.

Baratta (2013) discorre que, no Brasil, o sistema carcerário é extremamente precário, e com o preconceito imposto pela sociedade aos ex-presidiários que não conseguem se adaptar a uma nova vida, os poucos programas de inclusão social não conseguem beneficiar a todos. Em um sistema como esse é praticamente impossível que o indivíduo consiga se reintegrar na sociedade, sem emprego, sem valores sociais e condenados eternamente pela sociedade como “bandido” e “presidiário”. Conforme Ben, Franco e Medeiros (2015, p.4) “entende-se que as políticas públicas quando realizadas de forma integrada aumentam seu resultado proporcionando o trabalho e a renda, a educação e a efetividades dos direitos sociais que são trabalhadas de forma integrada”.

Segundo o Patronato Penitenciário do Paraná, o Programa tem como objetivo a prestação de assistência ao egresso para sua formação profissional, e a recolocação no mercado de trabalho, através de ações efetivas por parte do profissional como contato com agências de empregos e escolas de cursos profissionalizantes (PCTA, 2008).

Veneral (2012) cita que a parceria das empresas privadas com programas sociais de ressocialização do apenado, tem como maior finalidade trazê-lo reintegrado para a sociedade, e com isso o ex-detento além de possuir uma forma de sustento estará contribuindo com a produção na sociedade, evitando voltar para o regime fechado e gerar novos custos ao Estado em ciclo ocioso.

Para reduzir a taxa de reincidência o Estado precisa progredir nessas políticas públicas. Na prática as empresas possuem a visão que ao reintegrar o egresso, tem-se um grande risco que o indivíduo volte a cometer atos ilícitos. Porém, se essa oportunidade não lhe for concedida a chance de voltar ao crime é muito maior.

Existem vantagens e desvantagens na prestação de serviço comunitário por parte de egressos do sistema prisional. Como vantagem o autor Baratta (2013) enaltece que a realização das penas alternativas (regime aberto) com prestação de serviço a comunidade ou órgãos públicos é a forma mais didática das penas, isso porque constitui um trabalho voluntário do egresso que o coloca em contato direto com a sociedade e é fundamental para sua ressocialização.

A pena alternativa, prevista no art.80 da Lei de Execuções Penais (LEP), são práticas que não devem ser específicas do Estado, cabendo a colaboração e participação da comunidade. O art. 28 da LEP ainda ressalta que o objetivo do exercício do trabalho do egresso é a busca de sua dignidade humana por meio de medidas socioeducativas.

O Programa Patronato é responsável pela fiscalização e encaminhamento para a instituição onde o egresso irá prestar serviço comunitário. Cabe ao Juiz da execução a determinação do número de horas que deverão ser prestadas pelo egresso, além do dever de ser acompanhado ou não pelos programas de Pedagogia, Psicologia e Assistência Social (PCTA, 2008).

Baratta (2013) discorre que os benefícios são para ambos os lados, tanto para a instituição quanto para o apenado. A pena de prestação de serviço à comunidade possibilita que o egresso possa ter um emprego e realize serviço comunitário nos finais de semana, garantindo assim a sua dignidade humana com relação a sociedade, além de não perder o convívio familiar. A instituição recebe o benefício do trabalho de forma gratuita.

Bitencourt (2001) cita algumas das vantagens, dentre elas: a instituição que recebe o egresso é beneficiada com o trabalho gratuito; para o Estado o custo com a aplicação de penas alternativas comparado com o regime fechado é bem menor;

a chance de reincidência é menor do que no regime fechado; a prestação de serviço em instituições gera benefício para toda a sociedade; o Juiz tem a liberdade de adequação da pena de acordo com as condições pessoais do egresso.

Porém, Damásio (2000) ressalta que mesmo com as vantagens existentes na pena alternativa, sua aplicação contém desvantagens que podem constituir efeitos imprevistos. Isto pode gerar o denominado “efeito de ampliação em rede”, onde pode ser ampliado o uso de medidas não-privativas de liberdade, não substituindo demais penas com menor potencial ofensivo, e esta ampliação não é consequência do aumento do crime.

As empresas privadas que prestam assistência aos detentos e ex-detentos incluindo-os em seu quadro de funcionários, recebem resultados positivos. Com acesso a informação e sem preconceito, a inserção de presos no mercado de trabalho gera a ressocialização dos detentos na sociedade e como consequência a reincidência criminal é reduzida.

No ano de 2009, com o objetivo de superar o preconceito e incentivar a contratação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desenvolveu o programa Começar de Novo, que funciona através dos Tribunais de Justiça nos Estados brasileiros. O programa visa à sensibilização tanto de órgãos públicos quanto de instituições privadas para que ofereçam emprego e capacitação para detentos e ex-detentos do sistema prisional (CNJ, 2016).

3 . METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura, realizada entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017, onde foram realizadas consultas em livros, artigos científicos e websites.

Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é produzida em função de material já formulado, composto em grande parte por livros e artigos científicos. Ainda que na maioria dos estudos seja solicitado algum tipo de fonte dessa natureza, ocorrem estudos compostos apenas por meio de fontes bibliográficas.

Gil (2010, p.45) explica que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

4 . DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O indivíduo que entra no sistema prisional passa por um processo de normatização que tem como objetivo reconstruir os indivíduos, além dos próprios

sujeitos envolvidos no processo, suas famílias também fatalmente acabam se moldando a essa nova realidade e sentindo os efeitos que a prisão desse membro vai impactar no grupo, não só no sentido moral, mas também material já que este na maioria das vezes contribui com as despesas financeiras.

Não podemos deixar de abordar aqui o conceito de família que também é problematizado sob o olhar do Serviço Social no Programa Patronato, à medida que temos no nosso cenário novas configurações de família vigentes hoje na nossa sociedade. Essa concepção de família que a maioria das pessoas acreditam ser o “modelo ideal” é idealizada pelos valores e normas de uma classe dominante não levando em conta o universo simbólico de famílias menos favorecidas. Esse conceito hegemônico de família é estendido também aos indivíduos que passam pelo sistema prisional de maneira que o entendimento que se tem é que, ao privar de sua liberdade, o fará refletir sobre seus atos e sua postura perante a sociedade.

Dessa maneira a abordagem para com os egressos no Programa Patronato é sempre de acolhimento no primeiro momento e escuta já que esses estão nesse momento de transição tentando encontrar um local para transitar novamente. Pensando em seu pertencimento na sua nova realidade fora do sistema penitenciário temos atualmente um mecanismo que está posto no Estado do Paraná: o Programa Patronato que é uma nova configuração do Programa Pró-Egresso (Programa de Assistência ao Apenado e Egresso).

Desconstruindo a visão que o Programa Patronato tem como objetivo o viés assistencialista e caritativo, possibilita-se assim oferecer uma intervenção diferenciada, já o programa possui uma equipe capacitada para pesquisar, analisar e conhecer a realidade.

Diante de todo esse cenário que sempre desfavoreceu os indivíduos que se tornaram “bandidos” seja pela exclusão social, ou pela falta de uma consciência histórico-crítica, acredita-se ser dever do Estado o trabalho de reinserção para com esse público, tendo mais boa vontade política. Mas também não só o Estado no sentido governamental, mas também aos empregadores oferecendo oportunidades de emprego, os profissionais que tenham compreensão da trajetória desses sujeitos como: Antropólogos, Sociólogos, Filósofos, Assistentes Sociais, Psicólogos.

Dessa maneira esses agentes sociais desenvolverão um importante papel se despidendo de seus “pré-conceitos” e indo ao encontro de uma transição sócia política que venha realmente solucionar esse triste cenário que acompanhamos durante esse tempo. No Programa Patronato de Paranaguá, objetivando facilitar a recolocação dos egressos no mercado de trabalho, é oferecido aos mesmos cursos de capacitação profissional, bem como aulas de reforço para que tenham condições mínimas de reingressar seus estudos e com isso melhorar seus currículos.

Completando a ação do Patronato, é emitido para os egressos que possuem

o acompanhamento psicossocial, isto é, atendimento assistido com a Psicóloga e Assistente Social periodicamente, uma declaração que os mesmos possuem condições para serem reinseridos no mercado de trabalho.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que o Patronato tem um importante papel de reinserção social de egressos, porém as práticas de políticas públicas são isoladas dificultando uma ação real e efetiva nas práticas da recolocação destes egressos junto ao mercado de trabalho e conseqüentemente junto à sociedade.

Percebe-se que não há práticas de incentivos fiscais, tributários ou de estímulos para empresas recrutarem ex-detentos o que repercute diretamente no momento de seleção, pois entre escolher um ex-detento ou outro candidato qualquer, não há dúvidas de qual será escolhido. Deste modo, os assistidos do Patronato de Paranaguá em sua maioria retornam ao mercado de trabalho de maneira informal, isto é, como prestadores de serviços autônomos, por consequência sem estabilidade, segurança e sem renda definida.

Para auxiliar nas práticas de empregabilidade acredita-se que a ação do Patronato como o psicossocial seja um instrumento para auxiliar empresas no que refere-se ao recrutamento e seleção, pois permite as organizações receberem informações psicológicas e sociais do egresso, facilitando a confiança nos mesmos.

Outro ponto importante acredita-se que possa estar ligado as deduções tributárias, fiscais e similares, para que deste modo, empresas possam sentirem-se estimuladas a contratarem egressos. Finalizando, toda a prática de política pública deve estar ligada em redes, para deste modo, facilitar os encaminhamentos, monitoramentos e ações no sentido de acompanhar o universo dos apenados e seus impactos junto a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. *Análise Crítica do Sistema Penitenciário*. In: Governo do Paraná. Sistema Penitenciário: desafios e soluções. Curitiba: Imprensa Oficial, 2010. P-14-16.

BARATTA, A. *Criminologia Crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

BEN, G. C; FRANCO, L.S; MEDEIROS, J. *Os Programas de Extensão Universitária e seus Resultados Junto à Sociedade – Caso Patronato Paranaguá*. Congresso Internacional de Administração. Ponta Grossa (PR), 2015. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2015/selecionados.php>. Acesso em 05 de fev. de 2017.

BITENCOURT, C. R. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 9mar. 2017.

BRASIL. *Lei de execução Penal.* Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em 28 de jan. de 2017.

BRASIL. *Ministério dos Direitos Humanos. Políticas de Promoção da Igualdade Racial.* Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

CUNHA, M. C. F. *Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e descriminalização.* Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

CNJ. *Conselho Nacional de Justiça. Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas.* 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal>. Acesso em 9 de mar. 2017.

DAMÁSIO, A. *Em busca de Espinosa - prazer e dor na ciência dos sentimentos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FUNPEN. *Fundo Penitenciário Nacional: Origem e Finalidade.* 2013. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/funpen-origem>. Acesso em 10 de mar. 2017.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa.* 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. *Crime, polícia e justiça no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2014.

PASCOAL, J. *Constituição, criminalização e direito penal mínimo.* São Paulo: RT, 2003.

PCTA. *Patronato Penitenciário do Paraná,* 2008. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>. Acesso em 7 de mar. 2017.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura.* Revista Sociologias: Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. P. 20-45.

VENERAL, D. *Sistema Penitenciário e o princípio da dignidade da pessoa humana,* 2012. Disponível em: <http://www.deboraveneral.com.br/wp-content/uploads/Sistema-Penitenciário-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

Wilson Noé Garcés Aguilar es Doctor en Administración de la Universidad del Valle (2020), Magister en estudios interdisciplinarios del desarrollo de la Universidad del Cauca (2018) y Contador Público de la Universidad del Valle (2011). Docente universitario en el suroccidente colombiano en áreas contables, administrativas, financieras y humanas. Ha sido director y evaluador de trabajos de grado y posgrado en universidades latinoamericanas. Se ha desempeñado como par evaluador de revistas y editoriales nacionales e internacionales en el área de la administración, estudios organizacionales y negocios.

Es investigador interdisciplinario en ciencias sociales y humanas reconocido por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación en Colombia. Ha sido miembro de los grupos de investigación VINCO de la Universidad Cooperativa de Colombia, del grupo Investigaciones Contables, Económicas y Administrativas -GICEA- de la Universidad del Cauca, del Grupo de Investigación Minka de la Fundación Universitaria de Popayán, de los grupos de investigación Territorios, IREHISA y Grupo de investigación Nuevo Pensamiento Administrativo de la Universidad del Valle, del Grupo de investigación GIICO de la Fundación Universitaria Lumen Gentium Unicatólica Cali y de los grupos de Investigación Interdisciplinario en Ciencias Sociales y Humanas y Gestión, Desarrollo y Sociedad de la Corporación Universitaria Autónoma del Cauca.

Es miembro de redes de conocimiento especializado: Red de investigadores ASCOLFA Sur Occidente RIASCOLFA – Colombia, Red Educación y Economía Social y Solidaria, y de la Red de investigadores latinoamericanos de economía social y solidaria.

Participa activamente de eventos científicos en Latinoamérica en calidad de conferencista y ponente y cuenta con variada publicación de artículos y capítulos de libros.

Ha sido director de proyectos de investigación, coordinador de proyectos interinstitucionales con entidades públicas y asesor de programas de iniciación científica en los departamentos del Cauca y Valle del Cauca en Colombia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aceitação e gestão 78, 120

Adaptação 20, 22, 25, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 120

Administración 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 119, 120

Ambiente institucional 40, 120

Avaliação 8, 17, 19, 20, 26, 33, 39, 52, 54, 55, 56, 57, 64, 65, 88, 90, 120

B

Bala de banana 13, 15, 18, 21, 22, 23, 25, 120

C

Caminhoneiros 104, 105, 106, 109, 114, 117, 120

Competências essenciais 40, 120

Coordenação 14, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 120

D

Diversidad 67, 69, 72, 75, 76, 120

E

Ecosistema 1, 2, 6, 8, 9, 11, 12, 120

Egressos 53, 64, 94, 96, 99, 101, 102, 120

Empreendedorismo 1, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 25, 26, 120

Estratégia 10, 11, 13, 27, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 48, 49, 120

Estratégia gerencial 13, 120

Estratégias de suprimentos 27, 28, 120

Estudios organizacionales 67, 68, 69, 71, 72, 76, 77, 119, 120

Estudo de caso 13, 18, 27, 32, 34, 36, 38, 39, 78, 80, 83, 84, 90, 93, 120

F

Fábrica 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 120

Fortalecimento 10, 13, 21, 25, 48, 120

I

Impactos 59, 94, 102, 104, 106, 114, 117, 120

Inovação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 27, 28, 34, 46, 79, 120

Institucionais 40, 43, 46, 48, 111, 120

M

Marketing estratégico 40, 121
Mobilidade urbana 104, 110, 111, 112, 117, 118, 121
Modelo de negócios 1, 3, 7, 9, 121
Modelo lógico 52, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 65, 121
Mudanças organizacionais 78, 79, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 121

P

Patronato 94, 95, 96, 99, 101, 102, 103, 121
Perspectivas 2, 40, 75, 104, 106, 108, 117, 118, 121
Política pública 52, 54, 57, 58, 59, 94, 102, 121
Posicionamento estratégico 40, 121
Problemas estruturais 104, 105, 121
Programa 1, 27, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 94, 95, 99, 100, 101, 121
Proliferações 67, 75, 121
Prouni 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 121

R

Resistência humana 78, 80, 82, 90, 91, 92, 121
Ressocialização 94, 95, 96, 98, 99, 100, 121

S

Seleção de fornecedores 27, 28, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 121
Startups 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 121

T

Teoria 12, 34, 38, 39, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 78, 80, 92, 93, 121
Teoria do programa 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 121
Teoria institucional 78, 80, 92, 121

U

Universidade 27, 40, 51, 52, 53, 64, 78, 80, 93, 94, 103, 117, 118, 121



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**